

# a supremacia dos mercados

direção a fronteiras tecnológicas comandados pelo mercado. Não há registro disso na história econômica.

É por isso que essa idéia da supremacia dos mercados está embutida também na noção de que não foram feitas as políticas que deveriam ser executadas.

JU – Apesar dos ganhos nos superávits comerciais, dívida pública em queda, inflação sob controle e da conjuntura internacional favorável, nossa expansão ficou na metade da média mundial. Por quê?

Carneiro – São dois determinantes. Como disse, o primeiro é o perfil da política macroeconômica, mais especificamente as políticas de juros e de câmbio. Essa política foi conduzida de uma forma equivocada, no Brasil, nos últimos quatro anos. Tivemos uma sobredosagem, com excesso de juros e com a utilização deliberada da taxa de câmbio para baixar a inflação. Isto tira pontos de crescimento da economia. O outro se deve ao fato de que não foram implementados os instrumentos para uma política de longo prazo.

JU – O senhor poderia dar exemplos?

Carneiro – O governo anunciou uma política industrial, mas quando ela é comparada com a que foi colocada em prática na China, na Índia e em outros países asiáticos, constata-se que a nossa foi um arremedo, aliás ela sequer existiu durante a era FHC. Na verdade, não dá sequer para chamá-la de política industrial. Política industrial pressupõe a defesa de setores nascentes da economia.

Não tivemos, também, uma política de infra-estrutura. Isto é fundamental. A partir da qualidade da infra-estrutura, cria-se uma competitividade sistêmica. Exceto nas telecomunicações, o governo não conseguiu equacionar o problema da infra-estrutura. É absolutamente crucial. Em resumo: de um lado, uma política econômica desfavorável e, de outro, a falta de instrumentos para a infra-estrutura e de uma política industrial. Não é à-toa que a economia cresceu pouco.

JU – O crescimento foi, em certa medida, atribuído ao mercado interno – consumo das famílias e investimentos do setor produtivo e da construção civil. Por outro lado, a participação do setor externo foi inexpressiva. Por que isso aconteceu?

Carneiro – Isto ocorreu, mas em 2006. Houve uma mudança. Até 2005, o impulso era claramente advindo das exportações. Entretanto, as importações cresceram demais e anularam esse impulso. Com o impulso, houve um deslocamento do investimento, sobretudo da área de exportações. Houve também um crescimento da renda e sobretudo do crédito, que move o consumo. Esse crescimento de 2006, portanto, é derivado daquele impulso inicial.

JU – Números revelam que a carga tributária bateu um novo recorde no ano passado. Em que medida essa sobrecarga fiscal é nociva para o crescimento do país. O que precisa ser feito para mudar este quadro?

Carneiro – É muito parcial essa abordagem de que a carga tributária é nociva. Em tese, se você tiver uma carga tributária neutra, se ela não distorcer os preços relativos da economia, não há maiores implicações, pois o que o governo faz é tirar de um lado e gastar de outro. Agora, se a carga tributária distorcer os preços, pode criar falsos sinais para decisão de investimentos.

Não há estudos conclusivos sobre isto no Brasil. Agora, o que há de inadequado na questão é a composição de gasto. Esta, sim, é desfavorável ao crescimento.

JU – Qual o problema dessa com-

posição?

Carneiro – O governo tira com uma mão e dá com a outra. Vamos fazer o pressuposto de que, quando se tira, não está desestimulando demais um setor. Há provas disso. A lucratividade das empresas no Brasil, por exemplo, continua muito alta, apesar da carga tributária. Isto é central, porque demonstra que não está sendo afetada a capacidade de investimento das empresas.

O problema está na forma como o governo gasta. Há, por exemplo, um peso muito grande dos juros, que são transferidos para pessoas de classe alta, que provavelmente vão poupar ainda mais, diminuindo o consumo e gerando mais concentração de renda. Depois, registra-se também uma participação muito grande com gasto corrente e uma percentagem muito pequena com investimento público.

O investimento do governo no Brasil soma 2,5% do PIB. Para se ter uma idéia, o Chile, considerado o paradigma liberal na América Latina, gasta quase o triplo com investimento público, ou seja, 7% do PIB. Este é o desequilíbrio central: muito juro, muito gasto corrente e pouco investimento. É justamente essa assimetria que precisa ser corrigida num primeiro momento. Depois, é necessário consertar a carga tributária tornando-a menos regressiva.

JU – Numa economia como a brasileira, qual seria na sua opinião o papel do Estado?

Carneiro – Teria de cumprir uma função dupla. Precisa ser um instrumento de redistribuição da renda. Isto é fundamental numa sociedade desigual como a brasileira. Outra função, tão importante quanto, é a de sustentação do crescimento, que se dá por meio de investimentos e incentivos públicos em áreas estratégicas. Não dá para defender o papel do Estado apenas na área social.

JU – E a redução dos juros? Qual o seu peso na reversão do quadro de estagnação?

Carneiro – Na verdade, entra aí a questão da política macroeconômica. A redução dos juros e a taxa de câmbio num patamar melhor são condições necessárias para um crescimento maior da economia. Não diria que são necessárias e suficientes. Se o governo não fizer isso, não há crescimento adequado. Não existe na história a experiência de algum país que tenha crescido com esse patamar de juro e com essa taxa de câmbio. Pode até crescer, mas durante dois ou três anos. É como se tivesse fazendo um trabalho de Sisifo. Não adianta, não vai crescer muito.

Quando existe essa chamada configuração de preços macroeconômicos, se estimula a aplicação financeira em detrimento do investimento produtivo; o câmbio valorizado demais faz com que os estrangeiros e até nacionais decidam investir em outro país e não aqui.

JU – É aí que a supremacia dos mercados dá as cartas?

Carneiro – Sem dúvida. E há razões para que isso ocorra. A supremacia dos mercados pode ser entendida também como a supremacia das finanças sobre a produção. A remuneração da riqueza financeira são os juros. Há então um excesso de contemplação dos interesses das finanças nesse tipo de capitalismo brasileiro. Isto precisa ser corrigido. A idéia era a de que Lula iria corrigir, mas seu governo está tendo grande dificuldade em mudar esse estado de coisas. Até agora, não conseguimos. É claro que tudo isso é feito sob o pretexto de se combater a inflação. Em primeiro lugar, mesmo sob esse pretexto, essa política me parece excessiva. Em segundo lugar, tornar-se imperioso avaliar os custos dessa opção.

JU – O senhor acredita que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pode impulsionar o crescimento? Que avaliação o senhor faz do programa?

Carneiro – Como idéia, vejo que o programa tem o mesmo estatuto da política industrial que o governo pôs em prática. Identifica, até, questões corretas, tanto como a política industrial identificou setores estratégicos que precisam ser modificados. O PAC também identifica setores de infra-estrutura, sobretudo da energia elétrica, que são estratégicos para o crescimento econômico. Qual o problema? É que, concretamente, o PAC não define como vai financiar esses investimentos.

Há uma parte que será financiada pela redução do superávit primário, o equivalente a 0,5% do PIB. Entretanto, os investimentos públicos propostos no PAC aumentam em 2% do PIB. Fica uma pergunta: de onde vem o 1,5% do PIB? Em tese, viria das empresas estatais. Acontece que a forma de contabilização do superávit primário não permite que esses recursos venham das estatais. Em resumo: o PAC é positivo, identifica problemas mas não tem soluções práticas, reais, efetivas.

Para torná-lo um programa efetivo, seria preciso mudar o estatuto da empresa pública. Teria que tirar a empresa pública da contabilidade do superávit primário, possibilidade hoje discutida no âmbito do Fundo Monetário Internacional. O FMI já aceita, dependendo da empresa – tanto que a Petrobras está fora. O próprio Fundo reconhece que a forma pela qual foi montado o critério de apuração do superávit afetou o investimento das empresas públicas e dos países da América latina.

JU – Na introdução do livro, o senhor escreve sobre o fato de a economia norte-americana figurar no epicentro de vários ciclos econômicos recentes. Os indicadores da economia dos EUA vêm mostrando que algo está mudando. Prova disso foi o abalo causado recentemente pela divulgação da queda de 7,8% no indicador de pedidos de bens duráveis. Alan Greenspan, por sua vez, disse que o ciclo de expansão está chegando ao fim, com fortes sinais de recessão à vista. Trata-se de um fato isolado ou prenúncio de algo novo no horizonte?

Carneiro – Precisamos entender que, de fato, a economia norte-americana é e continuará sendo o centro da economia mundial. Mas trata-se de uma economia que tem particularidades. Uma delas é a de que cresce com déficits externos permanentes, o que só é possível porque ela emite a moeda do mundo, se não ela não faria isso há 20 anos.

JU – Qual o resultado mais visível dessa política?

Carneiro – Tem feito, na verdade, com que a economia americana consuma bastante e que este consumo se transmita como impulso para o resto do mundo, sobretudo com esse elo asiático, que exporta muito. Entretanto, essa economia tem problemas. Esses indicadores mencionados por você são mais de superfície. Por se tratar de uma economia muito avançada do ponto de vista financeiro, ela se move de uma forma muito particular. Traduzindo: nos Estados Unidos, as pessoas não consomem porque sua renda aumentou ou vai aumentar. Elas consomem porque a sua riqueza aumentou. As pessoas se endividam e gastam. Pode-se argumentar que a dívida cresce, mas acontece que o patrimônio também cresce. E é isso que importa.

Existem vários episódios de crescimento da riqueza nos Estados Unidos. O mais recente é a bolha imobiliária. Entretanto, esses processos de bolha têm uma trajetória. Chegam a um pico de valorização e aí ocorre uma desaceleração. Há indicações –

e este é o problema central – de que essa bolha começou a desinflar. Ou seja, os preços dos imóveis começaram a cair. Se isto se confirmar, a trajetória será a seguinte: diminui a riqueza das pessoas e elas passam a gastar menos. Como a economia americana é central, isso se transmite em cadeia para o resto do mundo.

JU – Temores de que a economia chinesa esteja passando por um período de desaceleração e boatos dando conta que o país asiático vai impor restrições para conter fraudes bastaram para derrubar as Bolsas no mundo todo. Em seguida, Pequim anunciou medidas para conter o crescimento. Alguns analistas chamaram a turbulência de “solução temporário”. Mero ajuste da bolha acionária, correção de rota, crise passageira ou sinal de que algo está ocorrendo?

Carneiro – A China investiu muito nesse ciclo de crescimento. O país passou a conviver com problemas sérios de ociosidade em vários setores. Em razão disso, o Congresso do PC chinês decidiu desacelerar o crescimento. Trata-se de uma queda de um terço do crescimento da China. E essa cadeia, desacelerando a China e os Estados Unidos, vai também desacelerar a demanda para nós. O Brasil certamente será afetado.

No caso norte-americano, há uma certa dúvida – será que a bolha vai desinflar? No caso da China, não há dúvida – já está decidido que o crescimento será desacelerado. Os chineses têm um controle maior sobre a economia. Assistiremos, então, a uma desaceleração dessa economia.

JU – Com esse quadro, essa centralidade da economia norte-americana persistirá ou tende a se pulverizar?

Carneiro – Não acredito. A hegemonia americana é construída em torno de várias determinações, inclusive a político-militar. Não me parece que isto esteja ameaçado. É claro que, se essa economia entrar numa crise que dure bastante tempo, pode haver um questionamento. Nunca se sabe quais são os desdobramentos. Digo isto porque, no final dos anos 1970, registrou-se uma certa crise da hegemonia americana. Essa hegemonia foi contestada e os EUA terminaram por reafirmá-la, aumentando seu poderio do ponto de vista global, apesar de uma década de crise. Os processos históricos são imprevisíveis. Não há hoje, no mundo, nenhuma potência não só econômica como político-militar, que possa se opor aos Estados Unidos.

JU – Essa turbulência é um sinal de que não é tão sólida a ponte construída pelos EUA com o mercado asiático?

Carneiro – Acho ela muito sólida. Boa parte da indústria americana e até de países avançados – do Japão também – hoje está na China e na Ásia em desenvolvimento. Existe de fato uma articulação produtiva muito grande. Não vejo ameaça. Agora, acho que o que será corrigido nesse processo são alguns excessos. Quando a China decide, por exemplo, como agora, que corrigirá a trajetória de seu crescimento, o governo está dizendo o seguinte: nós investimos demais, criamos uma capacidade excessiva. Isto ficará ainda mais evidente com a desaceleração da economia americana.

Ademais, para exportar esse excesso de produção, os chineses criariam um conflito comercial com o mundo todo. É bom lembrar, por exemplo, que os chineses já fazem superávit comercial com a América Latina. Por outro lado, parte expressiva da população chinesa tem um nível de renda muito baixo, não pode absorver essa produção. Dessa maneira, é melhor ajustar a trajetória.

Se a economia americana fosse planejada como a economia chinesa, até

poderia prever um processo de desaceleração suave. Ocorre que ninguém sabe o que vai acontecer com os Estados Unidos, que, para mim, continuam a ser o epicentro da economia mundial.

JU – O Brasil pagou recentemente um alto preço em situações de turbulência global. Aparentemente, nesses últimos episódios, apesar do risco-país ter subido 10% imediatamente após a queda da Bolsa de Xangai, o país escapou ileso. O senhor acha que os fundamentos da economia brasileira são suficientemente sólidos para resistir a novas situações de volatilidade?

Carneiro – Não existe uma resposta exata. Não se pode ter o grau de exatidão de que às vezes gostaríamos. Por quê? Estamos hoje melhores do que no passado? Estamos – mas boa parte dessa melhora se deve ao fato que o cenário melhorou bastante. A resposta à sua pergunta depende de outra investigação-suposição – qual será o grau de deterioração do cenário internacional? Se a deterioração for suave, provavelmente o país responderá de uma maneira melhor que nas crises anteriores. Se a crise for mais intensa, o país responderá de uma forma ainda muito negativa.

A resposta é condicional. Se for apenas um ajuste de rota, do tipo China não cresce 10%, mas 7%, os capitais dos países emergentes não vão fluir nessa magnitude, mas vão continuar fluindo. Os preços das *commodities* não vão continuar nesse patamar, mas cairão 10% ou 20%. Se o ajuste for dessa natureza, nós reagiremos melhor. Mas eu não tenho certeza que será assim.

JU – E se não for?

Carneiro – Se não for, continuaremos mal. Entram aí as questões estruturais. Não temos, por exemplo, a estrutura produtiva da Ásia. O que acontece quando se exporta *commodities*? Quando muda a situação internacional, os países que exportam manufaturados perdem mercado, ou seja, quantidade. Já quando se exporta *commodities*, perde-se em quantidade e, também, em preço. Esse é um exemplo emblemático da nossa fragilidade comercial.

Pelo lado financeiro, há também uma saída mais abrupta de capitais por conta da qualidade dos investimentos recebidos por nós, em parte, especulativos. A resistência se mede também pelo volume de reservas: se o Brasil tem US\$ 100 bilhões para enfrentar isso, a China tem US\$ 1 trilhão.

Existe uma hierarquia. No topo dela, com capacidade de resistência muito forte, estão a China, a Coreia do Sul, Taiwan etc. Mais resistente, mas lá embaixo na hierarquia, estão o Brasil, a Argentina, os emergentes da América Latina. Nós não somos os piores, mas estamos muito longe dos melhores.

JU – O Brasil sobe a ladeira sob a supremacia dos mercados?

Carneiro – Acho que não. Aí vale a experiência histórica. O Brasil optou, desde os anos 1990, pelas privatizações excessivas, apostou na retirada do peso do Estado em determinadas políticas. Vejo que esse processo deu errado, e não vejo a mínima possibilidade de dar certo. De resto, a experiência exitosa é outra. O que diferencia os países asiáticos dos latino-americanos? É o grau de elaboração de profundidade das suas políticas nas áreas financeira, comercial, produtiva etc. Eles planejaram a sua integração; nós, da América Latina, não.

A razão disso é que, quando se iniciou para valer a integração da periferia, nos anos 1990, os Estados nacionais dos países latino-americanos estavam muito debilitados em razão de uma década de crise da dívida externa. Foram aceitas todas as imposições, tanto dos Estados Unidos como dos organismos internacionais, no sentido de liberalizar sem critério as respectivas economias. Deu no que deu.